Fasul Educacional EaD
Rua Dr. Melo Viana, nº. 75 - Centro - Tel.: (35) 3332-4560
CEP: 37470-000 - São Lourenço - MG

FASUL EDUCACIONAL
(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONTRATOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONTRATOS

DISCIPLINA:
FUNDAMENTOS E ATOS ADMINISTRATIVOS

RESUMO

O conceito de Direito Administrativo Brasileiro, para nós, sintetiza-se no conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado" (Meirelles, 1991). Celso Antônio Bandeira de Mello (2002) afirma que o direito administrativo é o ramo do direito público que disciplina a função administrativa, bem como as pessoas e órgãos que a exercem. Hely Lopes Meirelles (1991), por sua vez, destaca que "os órgãos, agentes e atividades administrativas como instrumentos para realização dos fins desejados pelo Estado". Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que o objeto do Direito Administrativo são os órgãos, agentes e as pessoas integrantes da Administração Pública no campo jurídico não contencioso. "O ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exercer e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública"

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE
PRINCÍPIO DA MORALIDADE
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE
PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

AULA 2
INTRODUÇÃO
AUTARQUIA E EMPRESA PÚBLICA
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÃO PÚBLICA
PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AGENTES PÚBLICOS

AULA 3
INTRODUÇÃO
ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS
CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4
INTRODUÇÃO
CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
PRINCÍPIOS INFORMADORES DA LICITAÇÃO
MODALIDADES DE LICITAÇÃO
CONTRATAÇÃO DIRETA

AULA 5
INTRODUÇÃO
DA PERMISSÃO
CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS
RESPONSABILIDADE DO ESTADO

AULA 6
INTRODUÇÃO
SINDICÂNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA SINDICÂNCIA
DEFESA TÉCNICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR OU NA SINDICÂNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia, estado social e reforma gerencial. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 50, n. 1, jan./mar. 2010.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
  _____. Discricionariedade administrativa na constituição de 1988. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MAZZA, A. Manual de direito administrativo. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DISCIPLINA:
DIREITO TRIBUTÁRIO

RESUMO

Os conteúdos aprofundados neste estudo trazem uma série de informações importantes para que você tenha uma excelente capacitação técnica em sua nova carreira profissional. Inicialmente, conheceremos um pouco sobre o Direito, para que assim você adquira uma base de conhecimento para as próximas etapas, em que abordaremos conteúdos como noções de Direito Trabalhista e noções de Direito Tributário, conteúdos essenciais para sua atuação na área da contabilidade. Nesta etapa, teremos uma noção sobre o Direito, vendo as Fontes do Direito, a hierarquia das Leis, a Constituição Federal de 1988 e o Estado Democrático de Direito, para entendermos como o Ordenamento Jurídico funciona no Brasil. Com isso, você também começará e entender como as leis são aplicadas e como elas conduzirão a área contábil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA
VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 2
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA
VÍDEO 1
VÍDEO 2

VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 3
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA
VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 4
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA
VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 5
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA
VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 6
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA
VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- NADER, P. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- REALE, M. Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 2004.
- SOARES NETO, V. MONTE, G. A. Legislação empresarial, trabalhista e tributária. São Paulo: Érica, 2014.

DISCIPLINA:
LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESUMO

A licitação pública é um tema central no direito administrativo, servindo como um mecanismo que estabelece a relação entre a Administração Pública e os particulares. Trata-se de um procedimento prévio para a contratação pública, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para o Estado. Nesta aula, serão discutidos os diferentes objetos que podem integrar o processo licitatório, os pressupostos necessários para sua instauração e as principais previsões legais relacionadas ao tema, com foco na regulamentação da licitação pública no Brasil. É essencial compreender as razões que levaram à criação desse instituto, além de conhecer a legislação e os atos pertinentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO AS RAZÕES DE LICITAR PRESSUPOSTOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA OBJETO DA LICITAÇÃO ORDENAMENTO JURÍDICO **AULA 2** INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVA PRINCÍPIOS: PUBLICIDADE E MOTIVAÇÃO PRINCÍPIOS: VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PRINCÍPIOS: JULGAMENTO OBJETIVO E DA ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA **AULA 3** INTRODUÇÃO MODALIDADES: CONVITE, CONCURSO E LEILÃO LICITAÇÕES EXTRAVAGANTES À LEI GERAL DE LICITAÇÕES PECULIARIDADES APLICADAS A MODALIDADES TIPOS DE LICITAÇÃO **AULA 4** INTRODUÇÃO ETAPA EXTERNA: DIVULGAÇÃO DO EDITAL FASE DE HABILITAÇÃO JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PARTICULARIDADES DO PREGÃO, DA TOMADA DE PREÇOS E DO CONVITE **AULA 5** INTRODUÇÃO CONTRATOS ADMINISTRATIVO: CARACTERÍSTICAS CONTRATOS ADMINISTRATIVO: OBRAS E SERVIÇOS CONTRATOS ADMINISTRATIVO: FORNECIMENTO OU COMPRA CONTRATOS ADMINISTRATIVO: ALIENAÇÃO, LOCAÇÃO E DE CONCESSÃO E PERMISSÃO **AULA 6** INTRODUÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO: CLÁUSULAS EXORBITANTES CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO E ANULAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO: EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXTINÇÃO
BIBLIOGRAFIAS
● JUSTEN FILHO, M. Curso de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

- FURTADO, L. R. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- MELLO, C. A. B. de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2012.

DISCIPLINA:
DIREITO EMPRESARIAL

RESUMO

O direito é instrumento por meio do qual a sociedade se organiza. Segundo Hobbes, o homem vivia em um estado de natureza. Trata-se de uma situação hipotética por meio da qual os homens experimentam liberdade plena, pois estavam organizados apenas sob as leis da natureza. Basicamente, era a lei do mais forte subjugando os mais fracos. Todavia, com o advento da propriedade, o homem precisou que suas relações fossem tuteladas, evitando a barbárie e a autotutela. Essa ideia de anterioridade não guarda relação com períodos históricos, por certo. Isso porque o estado de natureza hobbesiano e o surgimento do estado civil são metáforas que visam explicar o período pré-social da humanidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA1
FUNDAMENTOS DE DIREITO EMPRESARIAL
VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 2
FUNDAMENTOS DE DIREITO EMPRESARIAL
VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 3
FUNDAMENTOS DE DIREITO EMPRESARIAL
VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 4
FUNDAMENTOS DE DIREITO EMPRESARIAL
VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 5
FUNDAMENTOS DE DIREITO EMPRESARIAL

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 6
FUNDAMENTOS DE DIREITO EMPRESARIAL
VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). *__Diário Oficial da União__* , Brasília, DF, 5 out. 1988.

DISCIPLINA:
ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES

RESUMO

A famosa frase de Aristóteles diz que “somos seres sociais por natureza”, assim, precisamos ter contato com outras pessoas, e por isso mantemos relações sejam elas afetivas, profissionais, familiares entre outras. Entretanto, nem sempre esse contato é harmonioso, pois cada ser humano é único, ou seja, as pessoas são diferentes, com visões de mundo e formas de conceber a vida desiguais. Com isso, o conflito pode aparecer e existe a necessidade de ser solucionado e/ou controlado. O primeiro passo é identificar o conflito e suas influências, que podem ser tanto negativas como positivas. Muitas vezes, quando ouvimos a palavra conflito, normalmente a classificamos como algo negativo, mas veremos adiante que, em alguns casos, o conflito pode ser positivo. Além disso, serão abordados alguns conceitos, características, histórico e a visão do RH no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
A TEORIA EVOLUTIVA DOS CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA
A GESTÃO DE CONFLITOS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO NOS AMBIENTES CORPORATIVOS: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO
TIPOS DE CONFLITOS, NÍVEIS DE GRAVIDADE E FORMAS DE ADMINISTRÁ-LOS
A RESPOSTA AO CONFLITO CORPORATIVO NO BRASIL – VISÃO VOLTADA AO RH

AULA 2
INTRODUÇÃO
NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS
CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E OS SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS
ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO

AULA 3
INTRODUÇÃO

TECNOLOGIA, O SURGIMENTO DE NOVOS PARADIGMAS CONFLITUAIS E NOVAS FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA
A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NEUTRA (NEUTRAL EVALUATION) E FACILITAÇÃO DE DIÁLOGOS
A IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS INTERNOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
FORMAÇÃO DE MEDIADORES E GESTORES MEDIADORES DE CONFLITOS CORPORATIVOS: A VISÃO DA ÁGUIA

AULA 4
INTRODUÇÃO
A CULTURA DA PAZ COMO UM ELEMENTO A SER IMPLEMENTADO NO AMBIENTE CORPORATIVO
O CLIMA ORGANIZACIONAL NAS CORPORAÇÕES E A RELAÇÃO COM O ADOECIMENTO NO TRABALHO
O RH COMO INTERLOCUTOR E SEU PAPEL NA MEDIAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS
GESTÃO DE CONFLITOS CORPORATIVOS COMO UM DESAFIO ORGANIZACIONAL: DA TEORIA À PRÁTICA

AULA 5
INTRODUÇÃO
PRINCIPAIS ASPECTOS E A APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS (TEORIA DO EQUILÍBRIO DE JOHN NASH)
A TRANSFORMAÇÃO PELA MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA
A NEGOCIAÇÃO COMO FERRAMENTA DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – HABILIDADE DO GESTOR NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

AULA 6
INTRODUÇÃO
CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS
A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE PRÁTICA A RESPEITO DA SUBMISSÃO DE UM CONFLITO TRABALHISTA À ARBITRAGEM
CONCLUINDO

BIBLIOGRAFIAS

- SANTOS, M. L. dos. Resolução de conflitos: dialogando com a cultura de paz e o modelo multiportas (livro eletrônico) Curitiba: Intersaberes, 2020.
- SERRER, F.; CESAR LUCAS, D. Teoria da complexidade e os conflitos intersubjetivos: novos olhares acerca das divergências de interesses. v. 10, n. 28, p. 377-381, 2020.
- VASCONCELOS, C.E. de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Método, 2017.

DISCIPLINA:
ASSESSORIA EXECUTIVA E RELAÇÕES PÚBLICAS

RESUMO

Nesta disciplina abordaremos as principais funções que envolvem a assessoria, fazendo uma analogia com as funções que embasam o processo gerencial: planejar, organizar, dirigir e controlar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
PLANEJAR
ORGANIZAR
DIRIGIR
CONTROLAR

AULA 2
INTRODUÇÃO
ÁREA DE ATUAÇÃO: PÚBLICO E PRIVADO
ÁREA DE ATUAÇÃO: RAMOS
CONSULTORIA
NOVOS NICHOS

AULA 3
INTRODUÇÃO
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GESTÃO DO TEMPO
GESTÃO DE RECURSOS
GESTÃO DE PESSOAS

AULA 4
INTRODUÇÃO
VALORES
CRENÇAS
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL
INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL

AULA 5
INTRODUÇÃO
COMUNICAÇÃO VERBAL E NÃO VERBAL
COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA
RAPPORT
EMPATIA

AULA 6
INTRODUÇÃO
O QUE SÃO OS SISTEMAS REPRESENTACIONAIS
SISTEMA REPRESENTACIONAIS
LINGUAGENS DO AMOR
TESTE AS CINCO LINGUAGENS DO AMOR

BIBLIOGRAFIAS

- ASSESSORIA. Dicio. Disponível em: https://www.dicio.com.br/assessoria/. Acesso em: 20 mar. 2019.
- CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.
- WERNER, A.; OLIVEIRA, V. S. de. Secretariado executivo e relações públicas: uma parceria de sucesso. Curitiba: InterSaberes, 2014.

DISCIPLINA:
GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EM ORGANIZAÇÕES

RESUMO

É bem conhecida a expressão de que os recursos (financeiros, materiais, tecnológicos) são escassos, mas as necessidades humanas são ilimitadas, daí ser impossível atender a todas as demandas de uma sociedade. Por isso, é preciso planejar todos os gastos, fazendo um orçamento e determinando as prioridades a serem alcançadas. Mas, para que fazemos um orçamento? Quando queremos estimar o custo de algo, costumamos levantar tudo o que será necessário para que ele se efetive. Precisamos ter disciplina, organização e equilíbrio nos gastos a fim de que um orçamento não fique aquém das expectativas.

No setor público, a disciplina fiscal e a busca do equilíbrio entre receitas e despesas constituem elementos essenciais à saúde financeira do Estado. Isso possibilita a prestação de serviços públicos de qualidade, mantém o poder aquisitivo da moeda e um ambiente de negócios que traga crescimento e desenvolvimento econômico.

E como isso se fundamenta no setor público? É o que veremos a partir de agora.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
CAMPO DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O FUNCIONAMENTO DO GOVERNO FEDERAL
FUNÇÕES DO ESTADO E SUAS ATRIBUIÇÕES NA ERA CONTEMPORÂNEA
FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO NA ERA CONTEMPORÂNEA
CASE: O PLANO REAL E A ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA

AULA 2
INTRODUÇÃO
MODALIDADES ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO PROGRAMA
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
CASE: AVALIAÇÃO DE RESULTADOS EM UMA AÇÃO GOVERNAMENTAL

AULA 3
INTRODUÇÃO
PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)
CASE: EMENDA PARLAMENTAR E SUA IMPORTÂNCIA NO ATENDIMENTO DAS PRIORIDADES SOCIAIS

AULA 4
INTRODUÇÃO
RECEITAS CORRENTES
RECEITAS DE CAPITAL
ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA
CASE: RECEITAS PÚBLICAS E A PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS

AULA 5
INTRODUÇÃO
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM A CATEGORIA ECONÔMICA
ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
CASE – PUNIÇÃO APLICADA POR NÃO RESPEITAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A CONSTITUIÇÃO

AULA 6
INTRODUÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI
CONTROLE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
CONTROLE EXTERNO
CASE: CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO PARA CONSTRUIR UM PAÍS MELHOR

BIBLIOGRAFIAS

- GIACOMONI, J. Orçamento governamental. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MARQUES, E. Finanças públicas – Administração financeira e orçamentária. São Paulo: Saraiva, 2015
- FELONIUK, W. Números do Poder Judiciário brasileiro: expansão de atuação e comparação com sistemas europeus. Jus.com.br, 2019. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/72709/numeros-do-poder-judiciario-brasileiro-expansao-de-atuacao-e-comparacao-com-sistemas-europeus/2. Acesso em: 2 ago. 2021.

DISCIPLINA:
GESTÃO DA INOVAÇÃO

RESUMO

Desde o fim do século XX, o tema “criatividade para a inovação” se consolidou como estratégico para a sobrevivência das empresas tanto em tempos de turbulência quanto para a competitividade global. A criatividade também vem sendo abordada no âmbito da gestão estratégica do conhecimento como de extrema importância para a inovação tecnológica empresarial (criatividade como uma das alavancas do conhecimento para a inovação). “Mais do que um fenômeno global, a gestão do conhecimento se consolidou, em fins do século passado, como fator crítico de sucesso para a criação eficaz de vantagens competitivas nas organizações” (Sbragia et al, 2006, p. 79).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO PROBLEMATIZAÇÃO O QUE É CRIATIVIDADE? FISIOLOGIA DO PROCESSO DE CRIATIVIDADE PERSONALIDADE CRIATIVIDADE FACILITADORES E BLOQUEADORES INDIVIDUAIS À CRIATIVIDADE A MUDANÇA NO MINDSET: TENSÃO PSÍQUICA SÍNTESE **AULA 2** INTRODUÇÃO PROBLEMATIZAÇÃO SURGIMENTO DO PROCESSO CRIATIVO COMPONENTES DO PROCESSO CRIATIVO MAPEANDO O CENÁRIO E A BUSCA POR INSPIRAÇÕES ANÁLISE INOVADORA CRIAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES SÍNTESE **AULA 3** INTRODUÇÃO OBJETIVOS DAS TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE APLICABILIDADE DAS TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE BRAINSTORMING NA BASE DE TODAS AS TÉCNICAS REVERSE BRAINSTORMING BRAINWRITING NA GERAÇÃO DE IDEIAS SÍNTESE **AULA 4** INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZANDO TÉCNICA S.C.A.M.P.E.R. TÉCNICA P.N.I. (POSITIVO, NEGATIVO E INTERESSANTE) SEIS CHAPÉUS PENSANTES E SEIS SAPATOS ATUANTES TÉCNICA DO MIND MAPPING TÉCNICA T.R.I.Z. (TEORIA DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS) SÍNTESE **AULA 5** INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZANDO CRIATIVIDADE NO SUPORTE À COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL CRIATIVIDADE PARA INOVAÇÃO OBJETIVOS DA CRIATIVIDADE NA EMPRESA DIFUSÃO DA CULTURA DA CRIATIVIDADE NA EMPRESA

GESTÃO DE PESSOAS EM AMBIENTE CRIATIVO
SÍNTESE

AULA 6
INTRODUÇÃO
PROBLEMATIZAÇÃO
ATMOSFERA CRIATIVA: CRIANDO A ORGANIZAÇÃO INOVADORA
CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO INOVADORA
FACILITADORES E BLOQUEADORES DA CRIATIVIDADE NAS EMPRESAS
A CRIATIVIDADE NA GESTÃO DO CONHECIMENTO
DESAFIOS DA CRIATIVIDADE NA ORGANIZAÇÃO: O PAPEL DA LIDERANÇA
SÍNTESE

BIBLIOGRAFIAS

- SIQUEIRA, J. Pensamentos convergente e divergente: o yin-yang da criatividade. Disponível em: http://criatividadeaplicada.com/2013/04/06/pensamentos-convergente-edivergente-o-yin-yang-da-criatividade. Acesso em: 14 set. 2017.
- STONER, J.; FREEMAN, E. Administração. Prentice-Hall do Brasil, 1985. p. 311
- DERRISO FILHO, C. O declínio da criatividade. Disponível em: https://celsofdf.wordpress.com/tag/o-declinio-da-criatividade/. Acesso em: 14 set. 2017.

DISCIPLINA:
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e os conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPORTADA POR TIC
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL
SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

AULA 2
INTRODUÇÃO
GESTÃO DE RISCOS
OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS
TRATAMENTO DOS RISCOS
GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

AULA 3
INTRODUÇÃO
ÁREAS DE CONTROLE
CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

AULA 4
INTRODUÇÃO
CRIPTOGRAFIA SIMÉTRICA
CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA
ASSINATURA DIGITAL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

AULA 5
INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO DE TRÁFEGO
REDES PRIVADAS
MALWARE
INVASÃO DE PRIVACIDADE

AULA 6
INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO
PRINCÍPIOS ÉTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- SILVA, A. O que é TI (Tecnologia da Informação)? Adam Silva, Santo André, 19 mar. 2015. Disponível em http://www.adamsilva.com.br/tecnologia/o-que-eti/#ixzz4yzh7smju. Acesso em: 12 set. 2018.
- TURBAN, E.; VOLONINO, L. Tecnologia da informação para gestão: em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional. 8. ed. São Paulo: Bookman, 2013.
- AVIZIENIS, A. et al. Basic concepts and taxonomy of dependable and secure computing. IEEE Transactions on Dependable and Secure Computing v..1 n. 1, 2004.

DISCIPLINA:
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E PROFISSIONAIS

RESUMO

O trabalho especializado e executado individualmente, sob forte controle hierárquico, está em vias de ser substituído por uma forma de trabalhar que enfatiza a atividade coordenada utilizando-se de equipes autônomas. Uma ótima
maneira de travar e ganhar bons combates é investir em equipes de alta performance para alcançar resultados melhores. Tais equipes têm a virtude de
atingir metas por meio do relacionamento sinérgico e da aplicação de competências individuais alinhadas à estratégia. Na toada do enaltecimento das equipes de alta

performance, temos teorias e metodologias sobre sua constituição, funcionamento e manutenção, as quais auxiliam no entendimento, gerenciamento e aperfeiçoamento do tema. Essa matéria proporcionará a você um conhecimento mais apurado sobre equipes de Alta performance.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
GRUPOS
EQUIPES
EQUIPES DE ALTA PERFORMANCE
AMBIENTE ORGANIZACIONAL E AS EQUIPES
FINALIZANDO

AULA 2
INTRODUÇÃO
CARACTERÍSTICAS DOS MEMBROS DE EQUIPE
RECRUTANDO E SELECIONANDO
PAPÉIS DOS MEMBROS DE EQUIPE
TRANSFORMANDO GRUPO EM EQUIPE
TREINANDO A EQUIPE

AULA 3
INTRODUÇÃO
TIPOS DE EQUIPES
AUTOCONHECIMENTO E TRABALHO EM EQUIPE
OBJETIVOS GRUPAIS E VÍNCULOS ORGANIZACIONAIS
CURVA DE PERFORMANCE

AULA 4
INTRODUÇÃO
TEORIAS MOTIVACIONAIS
RESISTÊNCIA ÀS MUDANÇAS
COMUNICAÇÃO GRUPAL
AMBIENTES MOTIVADORES E ENERGIZAÇÃO

AULA 5
INTRODUÇÃO
CONTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DE EQUIPE
FEEDBACK NAS EQUIPES
DISCIPLINA E CONFLITO EM EQUIPE
METAS E RESULTADOS

AULA 6
INTRODUÇÃO
LIDERANÇA SITUACIONAL
IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA
DELEGANDO PARA LIDERAR
CARACTERÍSTICAS DO LÍDER

BIBLIOGRAFIAS

- CUNHA, A. G. da. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DYER, W. G. Equipes que fazem a diferença (Team Building Estratégias comprovadas para desenvolver equipes de alta performance). São Paulo: Saraiva, 2011.
- KATZENBACH, J. R.; SMITH, D. K. Equipes de alta performance conceitos, princípios e técnicas para potencializar o desempenho das equipes. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DISCIPLINA:
CONTRATOS EMPRESARIAIS

RESUMO

O contrato, em linhas gerais, é uma espécie de negócio jurídico caracterizado pela manifestação de vontades das partes, visando a obtenção de um fim específico, como a transferência de bens, existindo notadamente uma função econômica relacionada a ele. Os contratos, especialmente no âmbito da empresariedade, servem à circulação de riqueza, para a regulamentação de direitos e obrigações entre as partes, para o estabelecimento de riscos, prestações e contraprestações, para dirimir controvérsias, garantir o acesso ao crédito, constituir garantias e outros – todos pontos fundamentais ao desenvolvimento da atividade empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
COMPRA E VENDA EMPRESARIAL
A COMPRA E VENDA EM MULTIPROPRIEDADE OU TIMESHARE
COMPRA E VENDA DE EMPRESAS
O CONTRATO DE TRESPASSE

AULA 2
INTRODUÇÃO
COMPRA E VENDA EMPRESARIAL
A COMPRA E VENDA EM MULTIPROPRIEDADE OU TIMESHARE
COMPRA E VENDA DE EMPRESAS
O CONTRATO DE TRESPASSE

AULA 3
INTRODUÇÃO
ESPECIFICIDADES DA LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL
A LOCAÇÃO EM SHOPPING CENTER
A LOCAÇÃO BUILT TO SUIT

AULA 4
INTRODUÇÃO
A CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO
O CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO
A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA
O CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OU LEASING

AULA 5
INTRODUÇÃO
O CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL
O CONTRATO DE MANDATO MERCANTIL E DE COMISSÃO
O CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO
O CONTRATO DE FRANQUIA

AULA 6
INTRODUÇÃO
A CESSÃO DE DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
A LICENÇA DE USO DE DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
O CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
A CONCORRÊNCIA DESLEAL E A CONTRAFAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial 1712612/PR. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 07/12/2020, DJe 10/12/2020. Disponível em: www.stj.jus.br. Acesso em: 15. jan. 2021.
- Consumidor ao Código Civil de 2002. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2007.
- TOKARS, F. Primeiros Estudos de Direito Empresarial: teoria geral, direito societário, título de crédito, direito falimentar, contratos empresariais. São Paulo: LTr, 2007.

DISCIPLINA:
ÉTICA, GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

RESUMO

Este material objetiva refletir sobre alguns dos conceitos necessários para a vivência em sociedade – a vida na pólis –, destacamos os de ética, oral e moralidade para que, ao compreender suas funções e distinções conceituais, possamos pensar de modo mais aprofundado sobre sua importância na vida cotidiana dos sujeitos e das sociedades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
CONCEITOS DE ÉTICA
CONCEITOS DE MORAL
CONCEITOS DE MORALIDADE
CONCEITOS, DISTINÇÕES E IMPLICAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA SOCIEDADE

AULA 2
INTRODUÇÃO
O PROGRESSO MORAL
CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL
O PROGRESSO MORAL E O PROGRESSO HISTÓRICO SOCIAL – CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO
PROGRESSO MORAL E PROGRESSO HISTÓRICO-SOCIAL: EM FACE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E DA VIDA NA PÓLIS

AULA 3
INTRODUÇÃO
RELAÇÕES ENTRE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO
ORIGENS DO CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA
NOVAS MODALIDADES DE GESTÃO: PRÁTICAS INOVADORAS NA GESTÃO PÚBLICA
FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 4
INTRODUÇÃO
A EXCELÊNCIA E A EFICIÊNCIA: IMPRESCINDÍVEIS À TRANSPARÊNCIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA
A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUAS DECORRÊNCIAS
OS PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA
O IMPACTO DA ÉTICA E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE GLOBAL NO CONTEMPORÂNEO

AULA 5
INTRODUÇÃO
A VIVÊNCIA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE PÚBLICA
A LEGALIDADE, A VERACIDADE E A TRANSPARÊNCIA COMO CONSTITUTIVOS DA ÉTICA NA VIDA PÚBLICA
A LEI N. 12.527/2011 E O ACESSO A INFORMAÇÕES E SEUS ASPECTOS ÉTICOS-MORAIS
A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ETICIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E O PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE

AULA 6
INTRODUÇÃO
FATORES ESSENCIAIS ÀS NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA
O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E A LEI N. 12.527/2011
A NOVA CONCEPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E AS PRÁTICAS DA COMPLIANCE
TRANSPARÊNCIA, COMPLIANCE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ALGUMAS COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS AO GESTOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- MORIN, E. O método 6: a ética da Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- BAUMANN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- JAEGER, W. A Paidéia – a formação do homem grego. São Paulo: Cortez, 2000.